

Maternidade N. Senhora de Lourdes vai manter escala

CRM decide continuar com intervenção ética após falta de profissionais

A escala de médicos plantonistas da Maternidade Nossa Senhora de Lourdes deve ser mantida, bem como a interdição ética do Conselho Regional de Medicina, ou seja, toda vez que houver menos de quatro obstetras na instituição serão atendidas, apenas, as gestantes de alto risco, devendo estar à porta da unidade uma ambulância para encaminhamento das demais gestantes para a maternidade do município de Nossa Senhora do Socorro. Esse foi o resultado, de acordo com o vice-presidente do Sindimed/SE, José Menezes, da audiência realizada na manhã de ontem no **Ministério Público Estadual**, para discutir os problemas da Lourdes. “Quanto às negociações salariais, elas continuam para que o mais breve possível tenhamos isso solucionado”, afirmou.

A audiência, que contou com representantes do Conselho Regional de Medicina de Sergipe (CRM), Sindicato dos Médicos de Sergipe, da Fundação Hospital de Sergipe e obstetras, foi marcada após o fechamento da Maternidade Nossa Senhora de Lourdes no último dia 14, por deficiência na escala de obstetras. Conduzida pelos promotores de Justiça, Nilzir Soares Vieira Júnior e Alex Maia de Oliveira, a audiência também versou sobre problemas que se arrastam há anos na rede pública do Estado, a exemplo da carência de leitos.



André Moreira

EM REUNIÃO que definiu a situação da Maternidade Nossa Senhora de Lourdes ficou definido que uma ambulância será usada para transferências

De acordo com os obstetras, a suspensão das atividades foi motivada diante do conhecimento da falta de isonomia salarial em relação a pediatras e neonatologistas. “Na verdade foi o estopim para os obstetras, pois problemas na maternidade de Nossa Senhora de Lourdes existem há muito tempo. Trabalhamos hoje com uma grande demanda espontânea que acaba por sobrecarregar o profissional. É preciso haver uma regulação, apenas a triagem como está sendo feita, ainda não resolve o problema”, afirma a obstetra Sylvia Fernanda Antunes Almeida.

Ao ressaltar a necessidade de ampliação da estrutura da rede de saúde com a criação de novos leitos para gestantes, o conselheiro do CRM, Roberto

Mellara, destaca que também é preciso investir em recursos humanos. “É preciso tornar o trabalho na rede pública mais atrativa para os obstetras. Essa especialidade é a primeira em termos de processos, o que tem levado muitos optarem por outras áreas. O problema da maternidade não se resolverá apenas com o atendimento da questão da equiparação salarial dos obstetras”, diz.

Compartilhando do mesmo pensamento do conselheiro do CRM, o diretor operacional da FHS, Wagner Andrade, sugere ao MPE que a Secretaria Municipal de Saúde de Aracaju (SMS) também participe da discussão para que haja uma definição da rede. “Somente o fechamento da escala e a equipara-

ção salarial não irão resolver a questão da grande demanda da maternidade. Não adianta chegar a valores sem a regulação. Acredito que uma maternidade no município, resolveria essa questão”, afirma.

Cobrando a adoção de uma medida emergencial para a resolução da prestação de serviço na maternidade Nossa Senhora de Lourdes, o promotor Alex Maia de Oliveira pediu aos participantes que se atentassem, no momento, para a questão da isonomia salarial. “Os obstetras alegam que trabalham nas mesmas condições que os pediatras e neonatologistas, e por isso pedem equiparação salarial. É preciso que se encontre uma solução para que a população não seja ainda mais prejudicada”, declara.